



fnpetroleiros.org.br  /fnpetroleiros

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS

Sindipetro-AL/SE | Sindipetro-LP | Sindipetro-PA/AM/MA/AP | Sindipetro-RJ | Sindipetro-SJC

Boletim Informativo | Edição Especial Petros | Março 2018

O ATO NACIONAL EM DEFESA DA PETROS FOI UM SUCESSO!



E VOCÊ, ONDE ESTAVA?

SINDIPETRO AL/SE
FUNDADO EM 28 DE JUNHO DE 1961



Sindipetro RJ
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

SINDIPETRO
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO PARANÁ



SINDIPETRO SJC
Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos e Região



ATO NACIONAL EM DEFESA D PETROLEIROS EM PASSEATA

Petroleiros começaram a chegar no Ato Nacional em Defesa da Petros na manhã do dia 21 de fevereiro por volta das 11 horas. A concentração do ato era realizada no Centro Empresarial Senado Petrobrás, na Rua do Senado (RJ), programada para às 12 horas.

Em meio ao sol, os participantes não paravam de chegar. Dirigente sindicais mandavam o seu recado para a categoria, enquanto participantes do Grupo de Trabalho (GT) passavam informes sobre a última reunião do grupo, realizada no dia 20 de fevereiro.

Entre os inúmeros petroleiros aposentados e ativos presentes no ato, organizado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), GDPAPE e Fenasp, uma única causa: defesa da Petros. O gritou que ecoou durante todo o ato foi: “Se cobrar, nós vamos ocupar!”.

Por volta das 13 horas, a frente do Edisen e a

calçada do outro lado da rua já estavam tomadas de gente.

Os petroleiros, então, ocuparam uma das pistas da Rua do Senado e realizaram a passeata até o Edise. “Foi um momento lindo e de muita emoção. A passeata estava linda”, afirmou petroleiro aposentado, que não quis se identificar.

Foram quase 3 horas de falação no Edise. Entre uma fala e outra, a cantora Flávia Saolli e o seu grupo de músicos animavam os petroleiros.

Durante o ato, participantes também gritaram “Fora Temer!”, “Fora Parente!”, como forma de protesto contra as políticas implementadas por eles. Cerca de 3 mil pessoas participaram do ato, com caravanas dos sindicatos da FNP e com a participação de petroleiros de várias partes do país, como Rio Grande do Norte e Ceará.

A cobrança do equacionamento está prevista para começar em março e irá aumentar em muitos



A DA PETROS ARRASTA 3 MIL A NO RIO DE JANEIRO

casos mais de três vezes a contribuição de assistidos da Petros, como no caso da aposentada Irene Carneiro que paga R\$ 800 de contribuição para a Petros. Com a taxa extra do equacionamento terá que desembolsar R\$ 2400,00 por mês. “Com reajuste de 1,8% no salário, tendo que pagar a faculdade da minha filha, vou ter que procurar um aluguel mais barato para morar, porque vai ficar difícil”.

Para a FNP e demais entidades que defendem o recálculo do equacionamento, a cobrança extra dos petroleiros é um equívoco, já que a Petrobrás, patrocinadora do plano, tem uma dívida com a Petros, referente ao déficit causado pelo não pagamento de Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR). Na época, o valor chegava a R\$ 10 bilhões, mas devido a acordo com a FUP, a Petrobrás se comprometeu a pagar R\$ 4,7 bilhões. Este valor foi contabilizado pela Petros, mas não foi pago e hoje, com a atualização anual, chega a R\$ 9,2 bilhões. Consi-

derando que o acordo não foi pago pela Petrobrás, a empresa deve ainda cerca de R\$ 9,8 bilhões ao fundo, quase quitando o déficit, avaliado em mais de R\$ 27 bi. Se considerado o recadastramento dos assistidos e a família real, o déficit deve ser ainda menor, mas nem Petros nem Petrobrás consideram essas possibilidades.

O Ato terminou por volta das 15 horas 30 min com muito protesto e música. A principal crítica feita pelos participantes foi a falta de cobrança prévia das possíveis dívidas que as patrocinadoras mantêm com os planos e que não tem sido devidamente cobrada pela Petros, ao longo destes anos.

Fica claro, então, que o sucesso do Ato Nacional em Defesa da Petros prova que a grande adesão dos petroleiros nessa mobilização fortalece toda categoria e cria espaço para ações mais incisivas contra a política de colocar na conta do trabalhador todos os erros dos gestores dessas empresas.

Os motivos alegados para a cisão não se sustentam

Por Ronaldo Tedesco

A tese defendida pelos conselheiros da FUP e da Petrobrás e pela Petros é a de que haveria subsídio cruzado entre as duas submassas (repacked e não-repacked), justificando assim a proposta de separação de massas e de cisão do PPSP.

Tanto a Petrobrás como a Petros, por motivos óbvios, gostaram da proposta da FUP e resolveram assumir a mesma, contratando inclusive parecer atuarial para justificar o processo de separação de massas. A Previc, à princípio, não concordou com a forma apresentada de separação das massas. Posteriormente, houve a aprovação da Resolução CNPC nº 24 de 2017 que criou regras para esse tipo de processo de separação de massas, quase que feita de encomenda para o processo de cisão do PPSP. E agora a Previc aprova a cisão do plano.

Nosso posicionamento desde o início tem sido contrário a esse processo de separação de massas e de cisão do PPSP. O primeiro motivo, já longamente justificado em artigos de Paulo Teixeira Brandão e Fernando Leite Siqueira, é por que o argumento técnico do subsídio cruzado entre submassas não se sustenta objetivamente, dado os índices de reajustes de benefícios que as duas submassas tem percebido nos últimos anos, não derivando daí qualquer prejuízo ou financiamento indevido ou imprevisto ou “subsídio cruzado”. Tecnicamente, a hipótese não se sustenta.

O que ocorre em um plano de benefícios como



o nosso é o mutualismo entre os diversos participantes e assistidos. Não há comprovada qualquer destinação de recursos de uma massa para outra, mas um fluxo alternado dos recursos acumulados que varia ao longo do tempo e que é uma característica do mutualismo dos planos como o PPSP.

Outro motivo que temos afirmado é que o mutualismo é mais forte quando as massas estão juntas. Da mesma forma que os pré-70 do PPSP sempre se beneficiaram da liquidez do PPSP, sem que tenham visto objeção por parte de nenhum desses personagens, e também, hoje, se beneficia da solvência do PPSP. Desse “subsídio cruzado” real que existe no PPSP desde sempre não temos ouvido qualquer reclamação por parte da Petrobrás, da Petros ou da FUP.

* Ronaldo Tedesco é Conselheiro Deliberativo da Petros e membro do Grupo de Trabalho sobre o PED do PPSP

DENÚNCIA

Além de não analisar, mensurar e cobrar as dívidas da Petrobrás e da BR Distribuidora com o nosso plano, algumas práticas questionáveis vêm sendo mantidas pela atual diretoria da nossa Fundação.

A FNP recebeu informação de participante da Petros denunciando que a Fundação recentemente contratou sem concorrência (por conveniência administrativa), um escritório de advocacia em que trabalhava

como estagiário o filho do Presidente da Petros, Sr. Walter Mendes Filho.

Não se pode ser generoso com o chapéu alheio. Se isto de fato aconteceu, o Presidente da Petros errou muito em utilizar nosso patrimônio para trocar favores. Estamos cobrando do Conselho Fiscal da Petros que tome providências imediatas, investigando os fatos e punindo os responsáveis.

EXPEDIENTE:

| Sindicatos da FNP: Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindicato-RJ e Sindipetro-SJC | Diretoria Executiva da FNP: Adaedson Costa, Agnelson Camilo, Alealdo Hilário, Armando Carlos Munford, Claiton Coffy, Clarkson Messias, Eduardo Amaro, Eduardo Henrique Soares da Costa, Ivan Luiz de Andrade, Júlio César Araújo, Lourival Júnior, Luiz Mário Nogueira Dias, Marcelo Juvenal, Natália Russo Lopes, Rafael Prado e Roberto de Castro Ribeiro | Redação e Edição: Vanessa Ramos - Diagramação: Carolina Mesquita - Endereço: Avenida Presidente Vargas, 502, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ - CEP 20071-000 Telefone: (21) 2263-5147 | 96772-4210 - E-mail: fednacpetroleiros@gmail.com - Facebook fnpetroleiros - fnpetroleiros.org.br